

UTE GNA I Geração de Energia S.A.
(Capital fechado)

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (não
auditado)

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultados e resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
UTE GNA I Geração de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da UTE GNA I Geração de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UTE GNA I Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia está em fase pré-operacional e que as obras em andamento para implementação do plano de negócios dependerá do suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros até que a Companhia gere caixa suficiente para a manutenção de suas atividades. Logo a recuperação dos valores registrados no ativo não circulante da Companhia dependerá do sucesso na implantação de tal plano de negócios. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude das incertezas envolvidas. Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações. Os planos da Administração da Companhia com relação às atividades operacionais estão descritos na Nota explicativa nº 1. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes e, conseqüentemente, não estamos emitindo opinião sobre os valores correspondentes ao exercício anterior.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (não auditado)
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>2017</u>	<u>2016</u> (não auditado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de Caixa	5	260	1
Despesa antecipada	6	2.084	-
		<u>2.344</u>	<u>1</u>
Não circulante			
Imobilizado	7	12.060	-
Intangível	8	30.000	-
		<u>42.060</u>	<u>-</u>
Total do ativo		<u><u>44.404</u></u>	<u><u>1</u></u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedor	9	11.461	-
Parte relacionada	10	623	-
		<u>12.084</u>	<u>-</u>
Não circulante			
Fornecedor	9	20.000	-
		<u>20.000</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	11	1	1
Reserva de capital		12.320	-
Prejuízo acumulado		(1)	-
Total do patrimônio líquido		<u>12.320</u>	<u>1</u>
Total do passivo		<u><u>44.404</u></u>	<u><u>1</u></u>

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (não auditado)

(Em milhares de reais)

	2017	2016 (não auditado)
Resultado Financeiro		
Despesas financeiras	(1)	-
Prejuízo do exercício	(1)	-

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (não auditado)

(Em milhares de reais)

	2017	2016 (não auditado)
Prejuízo do exercício	(1)	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	(1)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (não auditado)
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital		Patrimônio líquido
		Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízo acumulado	
Saldo em 1º de janeiro de 2016 (não auditado)	1	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)	1	-	-	1
Prejuízo do exercício	-	-	(1)	(1)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	12.320	-	12.320
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1	12.320	(1)	12.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (não auditado)
(Em milhares de reais)

	2017	2016 Não auditado
Fluxos de caixas das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos	(1)	-
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos		
Aquisição de bens do imobilizado	(12.060)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(12.060)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.320	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	12.320	-
Aumento do caixa e equivalente de caixa	259	-
No início do exercício	1	1
No fim do exercício	260	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (não auditado)
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado ao contrário)

1. Contexto operacional

A UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("GNA I" ou "Companhia") foi constituída em 17 de setembro de 2015 e em 20 de outubro de 2017 foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Sociedade que, passou de sociedade empresarial limitada para sociedade por ações de capital fechado. Tem como objeto societário estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar sistemas de geração de energia elétrica que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito; comercializar energia elétrica; atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de geração e transmissão de energia; construir, manter, operar e explorar terminais de gás natural liquefeito (GNL) e dutos de gás natural; transportar gases e líquidos por dutos de transporte e de transferência e participar em outras sociedades, bem como representar sociedades nacionais e estrangeiras. Possui como controladora direta a Gás Natural Açú Infraestrutura S.A. ("GNA Infra") e controladora indireta a Gás Natural S.A, que é controlada pela Prumo Logística S.A (Prumo).

Em 15 de dezembro de 2017, através do livro de transferência de ações nominativas da GNA I, a acionista Gás Natural transferiu 320.990 ações e a acionista Prumo transferiu 10 ações para GNA Infra.

Em 16 de junho de 2017, a Gás Natural assinou contrato com a Termelétrica Novo Tempo S.A. ("UTE Novo Tempo"), sociedade vencedora do Leilão de Energia Nova A-5 de 2014 (Leilão nº 06/2014 - ANEEL), visando à transferência da autorização emitida pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 210 de 14 de maio de 2015 para a construção e operação de uma termelétrica de 1.238 MW ("Autorização") para a UTE GNA I. O contrato prevê a transferência dos 37 Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) celebrados com companhias distribuidoras de energia.

Em 19 de dezembro de 2017, a resolução autorizativa nº 6.769 da ANEEL transferiu o direito de exploração da Usina Termelétrica (UTE) Novo Tempo para a GNA I. O prazo da concessão passou a ser de 23 anos, com início da operação em 2021.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (não auditado)
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado ao contrário)

1. Contexto operacional---Continuidade

O Projeto da UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("UTE GNA I") visa a construção de uma termelétrica de ciclo combinado a gás de cerca de 1.300 MW que atenderá às obrigações contratuais da UTE Novo Tempo, em relação aos seus contratos de comercialização de energia, de um projeto de terminal de Regaseificação de GNL ("Terminal de Regaseificação"), com capacidade para importar gás natural para o Projeto UTE GNA I e futuras usinas de energia e outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açú, além de fazer parte do desenvolvimento do chamado "Açú Gas Hub", localizado estrategicamente no nordeste do estado do Rio de Janeiro, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos.

Em 13 de agosto de 2017, Gás Natural Açú S.A. ("Gás Natural") assinou um acordo de investimento com a Siemens, sendo Prumo garantidora e com a controladora Gás Natural Açú Infraestrutura S.A. ("GNA Infra") parte interveniente para viabilização desse projeto.

O Contrato de Investimento está sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes, estabelece que a Siemens deverá subscrever novas ações emitidas pela GNA Infra, no valor de US\$21.000 mil, representando 33% do seu capital social ("Contribuição Inicial"). Após a Contribuição Inicial, o capital social da GNA Infra será composto por 67% das ações detidas pela Gás Natural e 33% das ações detidas pela Siemens. A Siemens terá certos direitos de governança, como a nomeação de um membro para o Conselho de Administração da GNA Infra.

O acordo estabelece outras condições precedentes, como aprovações regulatórias relevantes, a execução de um acordo de acionistas entre a Gás Natural e a Siemens, a aprovação dos Planos de Negócios para o desenvolvimento da GNA I e do Terminal de Regaseificação, a execução do contrato de EPC (Engenharia, Contratação e Construção), a execução do LTSA (contrato de serviços de longo prazo), constituído por serviços de manutenção e fornecimento de peças sobressalentes para garantir o desempenho e a disponibilidade da usina termelétrica, e a execução de um contrato de O & M (operação e manutenção).

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (não auditado)
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado ao contrário)

1. Contexto operacional---Continuação

Em 22 de dezembro de 2017, a Gás Natural e a BP Global Investments Limited (“BP”) celebraram o acordo de investimento que estabelece:

- (i) Os termos e condições para a aquisição, pela BP, de 30% do capital da GNA, por meio da subscrição de novas ações no valor de US\$7.500 mil que acontecerá no decorrer do exercício de 2018;
- (ii) As regras para investimento, pela Prumo e BP, na GNA I, através da subsidiária da GNA Infra, assim como o compromisso de capital necessário para este investimento, proporcional às suas participações societárias na Gás Natural, observando o limite de US\$79.200 mil de investimento de capital pela BP no *capex* de construção do projeto;

As regras da sociedade e potenciais investimentos pela BP, em futuros projetos a serem desenvolvidos pela Gás Natural ou por suas subsidiárias.

2. Autorização

Em 31 de dezembro de 2017 a GNA I possui a seguinte autorização ativa da Aneel, conforme mencionado na nota explicativa nº 1 - Contexto operacional.

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
GNA I	A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL transfere a autorização de exploração de energia da Termelétrica Novo tempo para GNA I.	Resolução autorizativa nº 6.769	19/12/2017	19/12/2040

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (não auditado)
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado ao contrário)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas tomando como base as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração ocorreu em 17 de setembro de 2018. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter tido efeito sobre as mesmas até a referida data.

b) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (não auditado)
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado ao contrário)

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, abaixo descritas em detalhe, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessa demonstração financeira.

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais, Real, da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda Real utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos não monetários são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira e são convertidos pela taxa de câmbio na data de transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia classifica como equivalentes de caixa aplicações financeiras com vencimento de três meses ou menos, sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (não auditado)
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado ao contrário)

4. Principais políticas contábeis--continuação

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos--Continuação

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Gás Natural e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, e serão deduzidos de depreciação acumulada após início das operações. Também serão reduzidos por eventuais perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*").

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui, o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis ocorridas durante a fase de construção e instalação até o momento em que entram em operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação.

c) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (não auditado)
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado ao contrário)

4. Principais políticas contábeis--continuação

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas possíveis do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito for considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Novos pronunciamentos contábeis

IFRS 9 - Financial instruments (CPC 48 - Instrumentos Financeiros):

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação à norma IFRS9. Esta substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos de contabilidade de *hedge (hedge accounting)* menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração da Companhia fez análise dos seus ativos financeiros e não identificou impactos significativos da adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2018.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (não auditado)
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado ao contrário)

4. Principais políticas contábeis--continuação

f) Novos pronunciamentos contábeis

IFRS 15 Revenue from contracts with customers (CPC 49 - Receita de contratos com cliente)

Em maio de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15, que substituiu a IAS 18 Receitas e interpretações relacionadas. Este pronunciamento estabelece um modelo de cinco etapas na qual a receita é reconhecida conforme as obrigações de desempenho contidas no contrato são satisfeitas. O princípio fundamental deste pronunciamento é que a receita somente deve ser reconhecida no momento da transferência de controle dos bens e serviços prometidos para o cliente e por um montante que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito a receber em troca desses bens ou serviços. Esse pronunciamento passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração da Companhia concluiu que este pronunciamento ainda não traz impactos às demonstrações financeiras.

IFRS 16 - Leases (ainda não tem o CPC equivalente emitido)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia concluiu que este pronunciamento ainda não traz impactos às demonstrações financeiras.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (não auditado)
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado ao contrário)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	
	2017	2016 Não auditado
Caixa e bancos	260	1

6. Despesa antecipada

O saldo da despesa antecipada em 31 de dezembro de 2017 é de R\$2.084, sendo R\$1.461 referente a seguro Tokio Marine e R\$623 referente a Lakeshore.

7. Imobilizado

A composição do imobilizado por empresa em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:

	2017	2016 Não auditado
	Custo	12.060
	12.060	-

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (não auditado)
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado ao contrário)

7. Imobilizado—Continuação

a) Composição de saldos

	Adições	Depreciação acumulada	Líquido 2017	Líquido 2016 Não auditado
Adiantamentos para formação de imobilizado	8.138	-	8.138	-
Obras em andamento e equipamentos em construção	3.922	-	3.922	-
	12.060	-	12.060	

• **Adiantamento para formação de imobilizado:** O saldo de adiantamentos em 31 de dezembro de 2017 é composto por adiantamentos para entrega de equipamentos.

• **Obras em andamento e equipamentos em construção:** O saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2017 é composto por custos iniciais de obra da termelétrica.

8. Intangível

	Vida útil	2017	2016
Direito de comercialização de energia (*)	23 anos	30.000	-
		30.000	-

(*) Em 19 de dezembro de 2017 através da resolução autorizativa nº 6.769 a ANEEL transfere o direito de comercialização de energia, conforme mencionado na nota explicativa nº 01 - Contexto Operacional.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (não auditado)
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado ao contrário)

9. Fornecedor

	<u>2017</u>
Bolognesi Energia (*)	30.000
Seguro Tokio Marine	1.461
	<u>31.461</u>
Circulante	11.461
Não circulante	20.000

(*) No contrato os valores a serem pagos estão divididos em parcelas fixas, já provisionadas no valor de R\$30.000, que deverão ser corrigidas, anualmente pelo IPCA até a data do efetivo pagamento e parcelas variáveis que serão reconhecidas no início da operação, serão pagas anualmente, no primeiro dia útil do mês de abril, com base nos demonstrativos financeiros auditados do ano anterior, com parcelas equivalentes a 3% calculado sobre o fluxo de caixa livre do acionista, definido por:

- o = EBITDA
- o (+/-) variação do capital de giro;
- o (-) IR/CSSL pagos;
- o (-) despesas financeiras;
- o (+) receita financeira das contas reversas *;
- o (-) investimento em manutenção;
- o (-) amortização de financiamentos;
- o (+) desembolsos de financiamentos
- o (+/-) variação de contas reservas *

Caso as contas reservas sejam preenchidas com geração de caixa operacional, serão desconsideradas da fórmula acima a variação da conta reserva e a receita financeira correspondente.

O não pagamento de qualquer dos valores previstos nesse contrato, acarretará na incidência de correção monetária pela variação do CDI, até a data do efetivo pagamento, além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, bem como multa moratória 2% (dois por cento) sobre o saldo devedor.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (não auditado)
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado ao contrário)

10. Parte relacionada

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de parte relacionada é R\$623 referente a assessoria da Lakeshore.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia é de R\$1, representado por 1 ações ordinárias.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - ("AFAC")

A controladora GNA Infra realizou, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital, aportes em 2017 no montante de R\$12.320. Tais aportes são irrevogáveis e irretroatáveis, e conversíveis na quantidade ações correspondentes, respeitando-se o seu valor nominal.

c) Dividendos

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2017 a Companhia apresentou prejuízo não havendo distribuição de dividendos.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (não auditado)
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado ao contrário)

12. Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou compromissos assumidos de compras futuras no valor de R\$2.330.111, que deverão ser cumpridos no decorrer das obras.

13. Eventos subsequentes

- Cessão de direitos e obrigações do contrato da UTE Novo Tempo da GNA S.A. para a GNA I

Em 18 de junho de 2018, ocorreu a formalização da cessão do contrato firmado com a GNA S.A. e UTE Novo tempo para a GNA I, que prevê a concessão, permissão ou autorização para comercialização de energia elétrica por intermédio da portaria nº 210, de 14 de maio de 2015.

- Aporte de capital

Através da AGE de 16 de março de 2018, a GNA Infra subscreveu 82.920 novas ações no montante de R\$82.920.

Através da AGE de 04 de maio de 2018 a GNA Infra subscreveu 169.050 novas ações no montante de R\$169.050 e a Siemens subscreveu 124.105 novas ações no montante de R\$124.105.

- Acordo BP

Em 4 de maio de 2018, a Prumo e a BP celebraram um Acordo de Acionistas no qual a BP ratificou o compromisso de investir até US\$79.200 mil para desenvolvimento pela GNA I, subsidiária da Gás Natural, de uma termelétrica de 1.238 MW. Nos termos do Acordo de Acionistas, a BP terá direito de indicar até dois membros para o Conselho de Administração da Gás Natural, um membro para o Conselho de Administração da GNA I, indiretamente através da GNA Infra, assim como o Diretor de *Compliance* da Gás Natural.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (não auditado)
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado ao contrário)

13. Eventos subsequentes--Continuação

- Acordo Siemens

Em 4 de maio de 2018, foram celebrados (i) o Acordo de Acionistas da GNA Infra entre a Gás Natural e a Siemens Energy Inc., pelo qual foi estabelecido o direito da Siemens Energy Inc. de nomear dois membros para o Conselho de Administração da GNA Infra; e (ii) o Acordo de Acionistas da GNA I entre a GNA Infra e a Dresser-Rand Participações Ltda., subsidiária integral da Siemens ("Siemens"). Além da confirmação do compromisso de investimento da Siemens para desenvolvimento da termelétrica de 1.238 MW pela GNA I, o Acordo de Acionistas estabelece, dentre outros, o direito de a Siemens nomear até dois membros para o Conselho de Administração da GNA I, bem como o seu Diretor Financeiro.

Composição da Diretoria

Bernardo de Araújo Chaves Perseke
Diretor Presidente

Eugenio Leite de Figueiredo
Diretor Financeiro

Leonardo Fortuna Bernardo Ribeiro
Gerente de Controladoria
Contador CRC RJ 091.229/O-9